

## **OCDE, PISA e POLÍTICA EDUCACIONAL**

**Rodrigo da Silva Pereira**

### **RESUMO**

Este artigo é fruto de primeiras análises desenvolvidas no âmbito da pesquisa que se propõe a analisar em que medida os resultados do PISA são instrumentos de consolidação das políticas de intervenção dos organismos internacionais e indutores de visões e conceitos sobre a educação básica do País. Trazemos uma compreensão histórico-social do papel da OCDE e de sua atuação nas políticas educacionais. Debates a difusão do PISA e a divulgação dos seus resultados, como métodos de intervenção da organização e as formas de consentimento do Brasil em relação às políticas por ela defendidas.

Palavras-chave: OCDE, PISA, Educação.

## 1. PROBLEMÁTICA

Os últimos anos têm sido marcados por grandes debates em torno do processo de mundialização do capital, globalização da economia, transnacionalização do processo produtivo e de intervenções multilaterais em Estados-nação.

A hegemonia do capital financeiro em caráter global tem “imposto” às nações determinações e lógicas que vão além das fronteiras locais impondo um processo de padronização político-cultural que vêm interferindo nas dinâmicas nacionais e reconfigurando políticas e serviços sociais sob a égide de um pensamento transnacional que tem como base a reestruturação do capital produtivo à nova ordem econômica mundial no seio do capital.

Na realidade, “do século XVIII ao XXI, tudo, mas tudo mesmo mudou; mudou dentro de uma permanência; permaneceu, em formações cada vez mais avançadas, o modo de produção capitalista”. (SANFELICE, 2008, p.66)

As formações cada vez mais avançadas do modo de produção capitalista intervêm diretamente na concepção de organização dos Estados-nação e nas políticas que deles são derivadas. E nesse sentido, é necessário avaliar o conjunto de políticas, públicas e sociais, que emanam a partir deste cenário.

Notadamente a educação foi assumindo novas concepções e políticas, não sem contradições e contestações, que emanaram do processo de crise e reestruturação do capital e hoje, é uma das áreas sociais que mais apresenta interfaces com este processo.

Sob a égide do neoliberalismo, concretizaram-se políticas que associam a privatização de serviços públicos essenciais e uma forte e ampla regulação dos mesmos. Com isso, estrutura-se no âmbito dos estados uma política de “Estado fraco” para os direitos e “Estado forte” para regulação dos serviços (TEODORO e JEZINE, 2012).

No campo educacional o “Estado fraco” retém o financiamento e incentiva mecanismos de busca de apoio privado para escola pública, ao passo que incrementa com recursos públicos as instituições privadas através de mecanismos de cooperação e assistenciais; Já o “Estado forte” amplia os mecanismos de controle e regulação focados nos currículos nacionais, nos *standards* nacionais, nos testes/exames nacionais.

O Brasil insere-se na história da chamada cooperação internacional de suas políticas educacionais a partir da década de 1950, com os conhecidos “Acordos MEC-

Usaid”. Com destaque, um desses acordos originou a proposta de reforma universitária de 1968.

Mais recentemente, os anos noventa são marcados por uma série de “acordos internacionais” embalados por uma concepção que vê a educação como um campo fértil de investimentos, trazendo para o centro dos debates educacionais a educação como um serviço e não mais como um direito.

Os acordos internacionais com os organismos multilaterais pressupõem contrapartidas dos estados-nação onde uma das principais exigências encontra-se no consentimento dos governantes em relação à agenda dos organismos. E também não se pode deixar de registrar que, “ao financiamento a projetos nacionais correspondem pesadas contrapartidas em termos de ajustes macroestruturais pelos quais o país e sua população têm pago um preço excessivamente alto” (Vieira, 2001, p.86).

Segundo Teodoro (2012, p. 21),

o novo projeto de desenvolvimento gerado pela globalização hegemônica trouxe, para primeiro plano, uma estratégia de liberalização dos mercados mundiais, levando o axioma das vantagens competitivas a torna-se o centro desse projeto e, desse modo, à recuperação da teoria neoclássica do capital humano.

Dessa forma, a internacionalização das políticas educacionais, faz parte do desaguadouro de um processo de reorganização dos estados nacionais para se tornarem mais competitivos, com o intuito de atraírem recursos oriundos dos organismos internacionais.

O objetivo deste artigo é analisar a OCDE e, por meio da divulgação e dos resultados do programa PISA, por ela patrocinado, desvelar a concepção de educação deste organismo internacional. Para tanto, visitaremos a literatura internacional e nacional, com o intuito de fazer uma análise bibliográfica e documental, a fim de alcançar o objetivo proposto.

## **2. A OCDE**

A OCDE é um organismo criado a partir da Organização para Cooperação Econômica Européia (1947) sob a égide do Plano Marshall, do Governo dos EUA, para auxiliar economicamente os países europeus que foram atingidos pela 2ª Guerra Mundial.

Com a ascensão do modelo neoliberal na década de 1980 a globalização – “capítulo, claro que com muitas especificidades, do movimento geral de internacionalização, ínsito ao capitalismo” (Castanho, 2001, p. 21) – adquiri ar contemporâneo e tem como características constituintes: no centro da dinâmica do capital, a migração da industrialização para o setor de serviços, em especial os serviços relacionados com a tecnologia da microeletrônica e informática; dentro dos serviços, a hegemonia do capital financeiro; a formação de megaconglomerados empresarias, em especial do setor financeiro; redirecionamento dos parques industriais dos países centrais para os periféricos e, entre esses, a pulverização dos processos produtivos em diferentes países, organizando-os através dos sistemas gerenciais multinacionais; proteção do direito de propriedade intelectual com regulamentação mundial de patentes e, com efeito, desregulamentação econômica, mediante o enfraquecimento da presença estatal na governabilidade de suas próprias economias, favorecendo a sua regulação via mercado (CASTANHO, 2001).

A OCDE é ao mesmo tempo, sujeito e objeto ínsito à este processo e se constitui como um agente que investiga, analisa, formula e propõe políticas que vão ao encontro do processo de globalização contemporânea.

Sua ação tem se concentrado em contribuir/intervir, sob as políticas dos estados membros e colaboradores, como o caso do Brasil, com pesquisas, análises e cenários socioeconômicos, apontando receitas e caminhos para o processo de desenvolvimento dos países em diversas áreas, como a economia e educação. Esse processo tem como objetivo “abrir novos nichos de exploração do capital no mundo e, no caso específico, na América Latina e no Brasil, por meio da desregulamentação da legislação nacional para adaptá-la a uma regulamentação internacional a partir das demandas do mercado” (Souza, 2009, p.33).

“A OCDE propõe-se a ofertar assessoria técnica aos Governos para o desenvolvimento de políticas domésticas e internacionais acerca da governança corporativa, da economia da informação e dos desafios de uma população que está envelhecendo. Sua base política é de origem social-liberal, mantendo premissas básicas do neoliberalismo como, por exemplo, a redução dos direitos trabalhistas por meio da flexibilização do trabalho, e, ao mesmo tempo, incorporando demandas da sociedade civil, como ampliação do acesso à educação, de modo a garantir um discurso hegemônico que visa a coesão social” (SOUZA, 2009, p.38).

Dotado de uma complexa estrutura, este organismo age em diversas áreas e constitui sua legitimidade entre estados-nações por meio da capacidade de colher informações dos países membros e observadores, constituindo-se enquanto uma fonte de dados e análises que possibilitam comparações internacionais, diagnósticos e proposições para política dos seus membros e parceiros.

Dentro da estrutura da OCDE é possível observar um departamento específico para o setor educacional. Na realidade, não é nova a ação da organização no campo educacional. Desde a reorganização da OECE que resultou na OCDE o tema educacional vem sendo pautado como uma das prioridades do organismo.

A Direção de Educação da OCDE atua em quatro eixos: A primeira infância e escolas; Habilidades além da escola; Inovação na educação e Pesquisa e conhecimento de gestão. Ela é constituída por um escritório central do Diretor com uma unidade de apoio; três divisões administrativas: Divisão de Análise de Indicadores, Divisão de Infraestrutura e Gestão da Educação e Divisão de Políticas de Educação; o Programa de Cooperação Econômica com Países não-membros e; o Centro para Pesquisa e Inovação em Educação (CERI).

Como dissemos já em 1968, ou seja, após sete anos da fundação da OCDE, foi fundado o Centro de Investigação em Educação e Inovação(CERI), portanto, o Centro é o espaço pioneiro da organização e atesta seu reconhecimento da educação como um campo importante para o organismo. Atualmente o CERI coordena o processo de coleta e análise dos indicadores em educação, e diversos programas e projetos da organização.

Os principais programas da OCDE são: Programa do Sistema de Indicadores (INES); Avaliação do ensino superior e Resultados de Aprendizagem (AHELO); Assessoria Política e Implementação (PAI); Programa de Gestão Institucional do Ensino Superior (IMHE); Programa para a Avaliação Internacional de Competências do Adulto (PIAAC); Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

O INES se incumbem de construir indicadores educacionais comparáveis internacionalmente e, a partir desses, elabora estudos, análises e pesquisas sobre a abrangência dos indicadores, servindo como base para construção e avaliação de políticas educacionais dos países membros e parceiros da OCDE. É importante ressaltar que este foi o programa pioneiro da OCDE sobre educação. Sob a direção do CERI, o

programa deu início à construção da legitimidade da OCDE em matéria de política educacional.

O Programa AHELO se propõe a analisar as competências adquiridas pelos estudantes de graduação nas áreas de Economia, Engenharia e Competências genéricas comuns a todos os alunos (tais como pensamento crítico, raciocínio analítico, resolução de problemas e comunicação escrita). Os estudantes são avaliados ao final da graduação (3º/4º ano). Na primeira edição (2010), cerca de 23.000 estudantes de 248 instituições de 17 países participaram do programa. O Brasil participou como observador e não submeteu estudantes e universidades ao teste. Segundo a OCDE, a intenção desde programa é ser um “PISA” da educação superior.

O IMHE funciona como um fórum onde participam instituições de ensino superior dos países da OCDE e de países observadores. Por meio da coleta de informações fornecidas pelas instituições o programa promove encontros e seminários para divulgação de pesquisas sobre a situação da educação superior, além de produzir análises anuais sobre o estágio do ensino superior no mundo. Tais divulgações são repletas de recomendações que advogam a favor de uma educação superior eficaz e em sintonia com as demandas da sociedade do conhecimento. Do Brasil participam do programa a ESPM, a UNICAMP e a UFPR. O programa é dirigido pelo Comitê de Política de Educação da OCDE.

O TALIS tem como objetivo levantar dados sobre os ambientes de aprendizagens e sobre as condições de trabalho oferecidas pelas escolas aos professores. O TALIS faz parte do eixo a primeira infância e as escolas.

A amostragem da pesquisa é feita com 200 escolas por país, em cada uma delas participam 20 professores e o diretor. A pesquisa dirige-se à primeira etapa da educação secundária que, no Brasil, vai do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Cada país participante recebe uma análise “cross-country” (pormenorizada, relatório temático) de seus resultados e recomendações para enfrentar os desafios apontados. O Brasil participou das duas edições do inquérito em 2008 e 2013.

O PIAAC é voltado para assistência aos governos na avaliação, monitoramento e análise do nível, da repartição e da extensão do uso de competências entre as populações adultas dos países participantes. O PIAAC tem como objetivos avaliar as capacidades e competências necessárias à participação dos indivíduos na sociedade e à

prosperidade das economias; oferecer um quadro de competências fundamentais, informando níveis altos e baixos de capacitação e; prestar assessorias aos governos na compreensão do processo que leva os sistemas de educação e formação a alimentarem tais competências (OCDE, 2014).

Participam do PIAAC adultos de 16 a 65 anos que são entrevistados em domicílio. No primeiro ciclo do programa foram entrevistados 5.000 indivíduos de cada país participante que foram inquiridos sobre suas competências nos domínios de leitura, escrita e aritmética, e sobre suas capacidades para resolverem problemas em contextos de intensa tecnologia e como eles utilizam esses domínios em âmbito doméstico e coletivo. (OCDE, 2014). O Brasil não participou dos primeiros ciclos do programa.

O PAI consiste em prestar assessoria técnica e política da OCDE aos países que queiram revisar e reformar seus sistemas educativos e adapta-los de acordo com as recomendações da organização. As fases do programa consistem em definição do escopo da revisão; análise documental e visita preliminar de especialistas; visita principal; análise, revisão de relatórios e comentários sobre o sistema; discussão e diálogo político sobre o sistema com base nos relatórios e comentários e, por fim; acompanhamento e assessoria na implementação de reformas no sistema.

Segundo a página eletrônica da OCDE, o processo até a elaboração dos relatórios leva cerca de 8 à 12 meses. A implementação das reformas depende do ambiente político do país. Os custos do projeto variam de 150.000 a 250.000 euros. Países como a República Tcheca e País de Gales, assim como o estado de Puebla no México, já utilizaram o programa.

Os seis programas enunciados acima, mais o PISA (que será analisado em seguida) fazem parte do arcabouço geral das políticas para educação formuladas no crivo da OCDE. Eles não constituem todas as políticas e programas da organização, mas são os carros-chefes em matéria educacional.

Além de gerarem relatórios, análises e recomendações, os resultados dos programas também servem de base para as publicações da OCDE sobre a educação em geral. Tais publicações constituem e apresentam as concepções do organismo sobre o papel da educação, os desafios à serem enfrentados pelos países e as recomendações feitas para os governantes.

Segundo Carvalho (2009, p.1016),

“a capacidade da OCDE para desenvolver e dar forma às decisões políticas revela-se segundo duas modalidades: através de uma governança pela “coordenação”, fazendo convergir actores diversos em iniciativas comuns, como conferências ou projectos; através da “formação de opinião”, mediante um trabalho de produção de visões e de valores, de modelos e conceitos, que lhe permite iniciar e influenciar os discursos nacionais em matéria educacional”.

Em um de seus documentos “Compreender o impacto social da educação”, divulgado em 2007, a OCDE afirma que a educação é importante para formar capital humano e social, pois é uma força positiva para o desenvolvimento econômico e para o progresso social.

A Direção de Educação da OCDE organizou, em 2002, o Simpósio Internacional de Genebra com o objetivo de criação do programa de pesquisa de Definição e Seleção de Competências, que vem produzindo pesquisas nas quais, seus resultados, segundo Maués (2003), têm servido para difundir um pensamento padronizado na área da educação.

Concordando com Maués (2003), percebemos que um dos principais instrumentos da OCDE que corroboram com a tese de que este organismo busca, através de suas iniciativas, padronizar uma determinada concepção de educação, é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o PISA.

Buscaremos alguns apontamentos revelados pela pesquisa da produção bibliográfica em relação ao tema, porém, nossa intenção passa longe de esgotar o debate sobre o assunto, mesmo porque, uma pesquisa mais ampla está em curso e buscará ampliar a visão e o entendimento entre os resultados do PISA e sua influência no conceito e nos valores da educação básica brasileira.

### **3. O PISA E A POLÍTICA EDUCACIONAL**

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) é uma avaliação de caráter comparativo internacional que busca informações sobre os rendimentos dos estudantes da educação básica. Tem sido aplicado num intervalo de três anos e seus resultados têm por finalidades gerar indicadores sobre inúmeros aspectos dos sistemas de educação dos países participantes. Da análise desses resultados são gerados relatórios e recomendações para os países com o intuito de “contribuir” para a evolução dos sistemas de ensino. O Programa avalia uma amostra dos alunos de 15 anos dos países

participantes. O Brasil participou de todas as edições do programa, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012 e participará da próxima edição em 2015.

As avaliações do PISA abrangem, a cada ciclo, os domínios de Leitura (2000, 2009), Matemática (2003, 2012), Ciências (2006), Leitura Eletrônica e Resolução dos problemas (em todos os ciclos), numa apreciação ampla dos conhecimentos, habilidades e competências inseridos em diversos contextos sociais. Os instrumentos utilizados para coleta de dados são Caderno de Teste; Questionários; e prova eletrônica, que visam obter dados do desempenho acadêmico, socioeconômicos e culturais dos estudantes e das escolas que participam do Programa.

Segundo Machado (2010, p. 41), “a escolha dos estudantes de 15 anos para o teste não é nada gratuita, tendo em vista que a intenção do programa é avaliar competências consideradas básicas para o mundo do trabalho que não correspondem necessariamente ao currículo específico de cada país”.

Seu caráter comparativo e internacional têm gerado implicações – notadamente na gestão dos sistemas e no conceito de qualidade - nas políticas educacionais dos países participantes e seus resultados têm servido para avaliações isoladas e parciais dos sistemas de ensino, apenas com base no rendimento estudantil.

Os objetivos do PISA estruturam-se em quatro campos temáticos que oferecem aos governos resultados para orientarem suas políticas.

- 1) A qualidade dos resultados do processo de aprendizagem;
- 2) Igualdade dos resultados de aprendizagem e equidade nas oportunidades educativas;
- 3) Eficácia e eficiência dos processos educativos; e
- 4) O impacto dos resultados da aprendizagem no bem-estar social e econômico.

Schleicher (2006) destaca características essenciais na elaboração do programa:

- sua orientação política; o desenho do Programa está determinado pela necessidade dos governos extraírem lições políticas;
- o inovador conceito de alfabetização/letramento, que se centra na capacidade dos alunos de aplicar seus conhecimentos e destrezas em áreas temáticas essenciais;
- sua relevância para uma aprendizagem que durará toda a vida; por isso o PISA não se limita a avaliar as competências curriculares e transversais dos alunos, mas também lhes

pede informações sobre sua própria motivação para aprender, o que pensam sobre eles mesmos e suas estratégias para aprendizagem;

- sua regularidade, que permite aos países acompanhar seu progresso;
- a amplitude de sua cobertura geográfica e de sua natureza colaboradora.

O Brasil participa desde a primeira edição do PISA em 2000. Vale destacar que nos anos anteriores o país já seria considerado um terreno fértil de cooperação internacional, com vários acordos com os organismos multilaterais. A adesão ao PISA, portanto, é mais uma forma de consentimento do governo brasileiro em seguir no rumo da agenda global que vem sendo estruturada para educação em nível mundial que consiste em adotar o modelo gerencial das empresas na gestão da escola pública por intermédio de critérios de eficiência e eficácia administrativas.

A instituição responsável pela implementação do PISA no Brasil é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Segundo o INEP (2012a), o País participa do PISA por duas principais razões: para buscar um retorno sobre a educação nacional que não seja apenas baseado nas avaliações nacionais realizadas pelos governos central e local, e apropriar-se de metodologias e tecnologia em avaliação educacional que auxiliem no desenvolvimento das avaliações nacionais, as quais vêm demonstrando grande aperfeiçoamento na última década.

Ao comemorar os resultados do PISA de 2009, o INEP sinaliza sua concepção acerca do instrumento de avaliação e de suas interferências no currículo da educação básica do País,

[...] pode-se pensar que isso (os bons resultados) esteja relacionado tanto a uma organização do currículo quanto a um maior interesse do estudantes por avaliações padronizadas...os resultados indicam novos estudos, como uma análise curricular comparada do currículo nacional com os referenciais do PISA (INEP, 2012a, pp. 57-58).

A afirmação do INEP nos leva a questionar quais seriam os objetivos dos novos estudos do currículo nacional em relação aos referenciais do PISA? Infere-se que o referido estudo pode levar à uma padronização do currículo da educação básica aos parâmetros apresentados nos testes do programa.

A Lei 13005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação, documento destinado a orientar as políticas públicas na área da educação brasileira durante um período de dez anos, tem como uma das metas,

“Melhorar o desempenho dos (as) alunos (as) da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido [...]” (BRASIL, 2014).

Com a referida meta expressa no Plano Nacional de Educação, e o apontado no documento do INEP, reforça-se a ideia de que o Brasil busca nas diretrizes e parâmetros encontrados nos testes do PISA conteúdos para adequar o currículo da educação básica aos condicionantes do programa internacional, buscando a melhoria dos seus resultados no processo avaliativo.

Segundo Carvalho (2009, p.1014),

a regularidade das medições e da devolução dos dados gerados – aliada à amplitude da cobertura geográfica (política e cultural) conseguida pelo programa – constitui um dos principais trunfos exibidos pelo PISA, na medida em que permite realçar a sua **capacidade de monitoração dos sistemas educativos**.

A capacidade de monitoração através do programa parece “preocupar” o Brasil, já que em seus documentos e propagandas oficiais, é constante a afirmação da busca de melhores resultados na avaliação do PISA.

Melhores resultados exibem qualidade da educação. Porém, como um conceito polissêmico a qualidade na educação está relacionada a determinada visão de Estado e Sociedade. A qualidade ao ser pautada pela lógica dos organismos internacionais assume linhas objetivas com base no paradigma da relação insumos-processos-resultados, ou seja, a qualidade passa a ser definida através de uma relação que envolve recursos materiais e humanos, e dessa relação se obtém resultados da educação representados no desempenho dos estudantes. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007).

Dessa forma, o lugar que os resultados do PISA têm ganhado na política educacional brasileira colabora com uma noção de qualidade restrita aos resultados de avaliação de larga escala e desempenho estudantil.

Caberá à pesquisa em curso desvelar como o conceito de qualidade dos organismos internacionais influenciam e/ou determinam o conceito de qualidade da

educação básica brasileira através dos resultados do PISA. Desvelar em que medida este programa e seus resultados apresentam-se como nova forma de intervenção nas políticas públicas da educação básica brasileira, por parte dos organismos internacionais, notadamente da OCDE e qual têm sido a postura do governo brasileiro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a OCDE sempre combinou políticas de desenvolvimento com educação por entender que esta é a chave para o desenvolvimento econômico dos estados nacionais. Como sujeito e objeto do processo de globalização econômica e de reestruturação do capital, a organização contribui para o processo de resignificação da Teoria do Capital Humano, formulando e implementado propostas que buscam adaptar as políticas educativas às demandas oriundas do mercado de trabalho.

Através do seu *know-hall* acerca dos indicadores e análises da política educacional, constrói, difunde e divulga propostas e políticas, com o intuito de influenciar e interferir nas políticas dos estados nacionais, buscando harmonizar um padrão educacional baseado nas premissas da chamada sociedade do conhecimento.

Ao dar centralidade a exames como o PISA, inclusive abrindo espaço para ele em sua proposta de plano nacional de educação, a política do governo federal acaba por coadunar-se com as políticas defendidas pela OCDE, sob a égide de uma concepção gerencialista do estado e da educação.

Os efeitos práticos desse projeto têm se revelado na influência da OCDE em construir uma agenda global educacional baseada na comparação e na competição dos sistemas educativos, fazendo com que governos e atores políticos e sociais, *“sejam prisioneiros de uma espécie de Jogos Olímpicos de nações, em que se colocam sob a forma de ranking os sistemas educativos em termos de sua eficácia”* (TEODORO, 2012, p. 28).

A questão central deste modelo de comparação é que ele constitui-se enquanto uma poderosa arma para influenciar os sistemas educacionais, notadamente seus conteúdos. Como admite um dos administradores da OCDE:

“Os estudos comparados funcionam como alavancas que permitem fazer saltar as resistências, não importa a que nível se situem, seja ao nível da investigação ou ao nível político. A comparação torna-se uma arma no conflito sobre a organização do ensino. Permite, sobretudo implementar estratégias de informação novas sobre os processos educativos e trazer

informações que aguçam e enfraquecem as posições dos adversários” (Bottani, 2001, p.75 apud Teodoro, 2012, p.98).

Portanto, os modelos de avaliação, baseados na comparação entre as escolas e os estados-nacionais, buscam não só formalizar um determinado padrão de educação e de qualidade, mas também servir de justificativas para implementação de uma política com base nos critérios de eficiência e eficácia gerenciais do modelo neoliberal de estado e de educação.

É e neste sentido, que os primeiros apontamentos da pesquisa, nos levam a compreender que, no campo teórico-conceitual, o PISA é um *novo* instrumento que busca levar à cabo a velha política de intervenção dos organismos internacionais na escola pública brasileira.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 13.005 de 2014. Plano Nacional de Educação. Reformulado. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

(Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>). Acesso em 10/08/2014.

CARVALHO, L. M. Governando a educação pelo espelho do perito: Uma análise do PISA como instrumento de regulação. Educação e Sociedade, vol. 30, n. 109, p. 1009-1036, set./dez. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a05.pdf> Acesso em 26/09/2012.

CASTANHO, S. Globalização, Redefinição do Estado Nacional e seus impactos. IN.: LOMBARDI, J.C. (org.) Globalização, pós-modernidade e educação. 3ªed. Campinas, SP: autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2009.

DOURADO, L.F. (Coord.); OLIVEIRA, J.F. e SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p.

FERREIRA, D.L. A ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL. Tese de Doutorado. UFPA, 2011, 329f.

INEP. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa): resultados nacionais – Pisa 2009 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2012a.

\_\_\_\_\_. Projeto Básico – PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos 2012. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2012b.

MACHADO, V.R. Práticas escolares de leitura: Relação das concepções de leitura do PISA e as práticas na escola. Tese de Doutorado. UnB, 2010, 341f.

\_\_\_\_\_. Compreensão leitora no PISA e práticas escolares de leitura. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília, 2012.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. Cadernos de Pesquisa, n.118, p.89-117, março, 2003.

OCDE. Comprendre l'impact social de l' éducation. 2007. Disponível em: [http://www.oecd.org/document/44/0,3343,fr\\_2649\\_35845581\\_39439340\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/44/0,3343,fr_2649_35845581_39439340_1_1_1_1,00.html) . Acesso em: maio. 2014.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Competências. 2014. Disponível em: [http://www.oecd.org/site/piaac/Brochure\\_PORT\\_Feb%202014.pdf](http://www.oecd.org/site/piaac/Brochure_PORT_Feb%202014.pdf). Acesso em Junho de 2014.

SANFELICE, J. L. Transformações no Estado-nação e Impactos na educação. In.: LUCENA, C.(org). Capitalismo, Estado e Educação. Campinas, SP. Alínea, 2008.

SCHLEICHER, A. Fundamentos y cuestiones políticas subyacentes al desarrollo de PISA. Revista de Educación, extraordinário, 2006, pp. 21-43.

SOUZA, T.R. (CON)FORMANDO PROFESSORES EFICAZES: a relação política entre o Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dissertação de Mestrado. UFF, 2009, 300f.

TEODORO, António. A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livros, 2011.

TEODORO, António; JEZINE, Edineide (orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais. Brasília: Liber Livros, 2012.

VIEIRA, S. L. Políticas internacionais e educação – cooperação ou intervenção?. In.: DOURADO, L.F. e PARO, V.H.(orgs). Políticas Públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.